



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

PAPEL DE TRABALHO
Análise de Processo - Modalidade Pregão Eletrônico

ÓRGÃO	:		
TIPOS DE AVALIAÇÃO	: Processo n.º		
HISTÓRICO	:		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	:	ELEMENTO DE DESPESA	:
FONTE	:	VALOR	:
CREDOR	:		
LINHA DE PROCEDIMENTO	: Analisar e avaliar o regime de execução das despesas, para comprovar a legalidade e a legitimidade dos pagamentos.		

QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO: **Pregão Eletrônico**

N.º	PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	OBSERCAÇÕES
01	O processo foi devidamente autuado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável?	Art. 38, Caput, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
02	Consta Anexo de Solicitação compras/serviços, assinados pelo Ordenador de despesa e demais autoridades competentes?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
03	Consta a indicação dos recursos orçamentários, detalhados no Anexo de Solicitação compras/serviços ?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
04	Consta ND de bloqueio de saldo orçamentário suficiente para a realização da despesa?	Decreto. de Execução Orçamentária. vigente	()	()	
05	Consta pesquisa de mercado, (cotação de preço) ou critérios para estipular o valor do bem ou serviço a ser executado?	Art. 7º e Art. 15, Lei nº 8.666/93, c/c Inc. III, Art. 3º, Lei 10.520/02	()	()	
06	Consta o Termo de Referência e/ou planilha de custos elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso?	Art. 3º, inc. III, Lei 10.520/02 c/c art. 8º, I, do dec. Federal nº 3.355/2000	()	()	
07	Consta comprovante de que a autoridade	Art. 4º, inc. I, a V	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

	competente para promover a licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, o operador do sistema eletrônica e o licitante foram credenciada pela SEFAZ?	Dec. 2183/04			
08	Os licitantes que participaram da licitação foram credenciados até três dias úteis anteriores à data do certame?	Art. 5º, Dec. 2.183/04	()	()	
09	Consta Parecer Prévio da Assessoria Jurídica do órgão e/ou da Procuradoria Geral, quando for o caso?	Art. 38, inc. VI, parágrafo único, Lei nº 8.666/93	()	()	
10	Consta cópia de publicação do aviso/edital na imprensa oficial ou jornal de grande circulação?	Art. 4º, inc. I – IV, 10.520/02	()	()	
11	Consta no edital do pregão eletrônico o site da sessão pública na Internet, data e hora de sua realização?	Art 10, inc. I e II, Decreto 2.183/04	()	()	
12	No caso de inabilitação no cadastro de fornecedores, a chave de identificação e senha do credenciado são invalidadas?	Art. 6º, inc. II, Dec. 2.183/04	()	()	
13	A autoridade competente definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?	Art. 3º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002	()	()	
14	A indicação do objeto da licitação não restringiu (com especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias) a participação de competidores?	Art. 3º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002 e Art. 9º, inc. I, do Decreto nº 5.450/2005	()	()	
15	A autoridade competente estabeleceu motivadamente: as exigências de habilitação/qualificação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do futuro contrato?	Art. 3º, inc. I, da Lei nº 10.520/2002	()	()	
16	O Edital faz menção à documentação necessária para contratação	Art. 4º, inc. III, da Lei 10.520/2002 e Art. 30, inc. X, do Decreto nº 5.450/2005):	()	()	
	a. A habilitação jurídica	Art. 27, inc. I, c/c Art. 28, ambos da Lei nº 8.666/93	()	()	
	b. A qualificação técnica	Art. 27 inc. II c/c Art. 30, ambos da LLCA	()	()	
	c. A qualificação econômico-financeira.	Art. 27, inc. III c/c Art. 31, todos da LLCA	()	()	
	d. A comprovação da regularidade fiscal .	Art. 27, da Lei nº 8.666/93 c/c Art. 4º, inc. XIII, da Lei nº 10.520/2002	()	()	
17	O Edital exige o cumprimento do disposto no	Art. 27º, inc. V, da	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

	inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil) ?	LLCA	)		
18	Exigência de declaração de que licitante atende os requisitos exigidos para licitação, modelo de declaração, forma de entrega (pregão presencial) (feito eletronicamente no pregão eletrônico)?	Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005	()	()	
19	O Edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado, incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos ?	Art. 4º, inc. III c/c Art. 3º, inc. I, ambos da Lei nº 10.520/2002	()	()	
20	O Edital prevê que os licitantes deverão encaminhar a proposta com a descrição do objeto e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico ?	Art. 21, <i>caput</i> , do Decreto nº 5.450/2005	()	()	
21	O Edital indica os critérios para aceitação e classificação das propostas na fase dos lances, com disposições claras e parâmetros objetivos ?	Art. 4º, inc. III, da Lei nº 10.520/2002	()	()	
22	M.E, E.PP e Sociedades Cooperativas Equiparadas — Critério de empate (5%). Previsão de apresentação de lance menor que o vencedor em até 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do privilégio. (Em caso de empate (real) entre M.E., E.PP e Sociedade Cooperativa Equiparada, sorteio para definir a ordem da apresentação dos novos lances M.E., E.PP e Sociedades Equiparadas empatadas)?	LC nº 123/06 – Art. 44	()	()	
23	Critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida fixação de preço máximo e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência?		()	()	
24	As instruções e normas referentes a eventuais recursos estão previstas no edital?	Arts. 40, inc. XV e 109, da Lei nº 8.666/93 e Art. 26, parágrafos do Decreto nº 5.450/2005)	()	()	
25	O Edital e seus anexos (devidamente corrigidos com as alterações recomendadas pela Procuradoria Jurídica e assinados pelo Pregoeiro). Foram pensados ao processo ?	Art. 38, inc. I, da Lei nº 8.666/93	()	()	
26	O Termo de Referência (documento que contém os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço	Art. 8º, inc. II, do Decreto nº 3.555/2000, Art. 9º, § 2º e Art. 30, inc. II, do Decreto nº 5.450/2005	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

	de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva consta nos autos?				
27	No procedimento licitatório para contratação de serviços comuns:				
	a. O Termo de Referência descreve com clareza os serviços a serem executados e indica todos os seus elementos constitutivos com a descrição dos resultados, materiais e equipamentos requeridos?	Art. 8º, inc.I e II, do Decreto nº 3.555/2000, Art. 9º, § 2º e Art. 30, inc. II, do Decreto nº 5.450/2005	()	()	
	b. No caso da necessidade de utilização de bens sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, constam dos autos correspondentes justificativas técnicas?	Art. 8º, inc.I e II, do Decreto nº 3.555/2000, Art. 9º, § 2º e Art. 30, inc. II, do Decreto nº 5.450/2005	()	()	
	c. O Termo de referência levou em consideração os requisitos: segurança, adequação ao interesse público, economia, regionalização, impacto ambiental e normas de segurança e saúde do trabalho?	Analisar o termo de referência	()	()	
	d. Existe anexo com especificações complementares e normas de execução pertinentes?	Verificar nos autos	()	()	
28	A minuta do contrato está anexada ao Edital?	(Art. 40, § 2º, inc. III, da Lei nº 8.666/93, Art. 21, Inc. IX, do Decreto nº 3.555/2000 e Art. 30, inc. VIII, do Decreto nº 5.450/2005)	()	()	
29	As propostas classificadas guardam conformidade com o edital?	Art. 9º, inc. II, Dec. 2.183/04	()	()	
30	Os recursos recebidos são remetidos à decisão do ordenador de despesa?	Art. 9º, inc. IV, Dec. 2.183/04	()	()	
31	Os recursos das decisões do pregoeiro são enviados por meio eletrônico ao ordenador de	Art. 15, Dec. 2.183/04	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

	despesa no prazo máximo permitido?				
32	Consta comprovante da apresentação, por meio eletrônico, das razões dos recursos à Comissão Permanente de Licitação da SEFAZ, no prazo estabelecido	Art. 15, § 2º, Dec. 2.183/04	()	()	
33	Consta comprovante da apresentação, pelos licitantes, das contra-razões por meio eletrônico, após abertura da vista dos autos, dentro do prazo estabelecido?	Art. 15, § 3º, Dec. 2.183/04	()	()	
34	Os originais das razões e contra-razões dos recursos e anexo foram juntados aos autos dentro do prazo estabelecido?	Art. 15, § 4º, Dec. 2.183/04	()	()	
35	Os documentos de habilitação exigidos no edital foram enviados por fax-simili, em no máximo trinta minutos do encerramento da fase competitiva?	Art. 16, Dec. 2.183/04	()	()	
36	Os originais dos documentos de habilitação foram protocolados e juntados aos autos após encerramento da fase competitiva em tempo hábil?	Art. 16, § 1º, Dec. 2.183/04	()	()	
37	O licitante vencedor que descumpriu o prazo ou não apresentou toda a documentação exigida foi desclassificado e por conseguinte o próximo licitante da ordem de classificação foi convocado para apresentar os documentos de habilitação	Art. 16, § 2º, Dec. 2.183/04	()	()	
36	Na apuração é acolhida a proposta que apresentou menor preço total por lote?	Art. 17, § 1º, Dec. 2.183/04	()	()	
37	Consta resultado da avaliação das amostras quando estas foram exigidas?	Verificar se consta no edital exigência de amostras e se consta resultado de análise das mesmas	()	()	
38	A avaliação das amostras obedeceu os critérios de aferição estabelecidos no ato convocatório.	Verificar os critérios exigidos pelo edital e se foram utilizados a análise das amostras	()	()	
39	O objeto da licitação é adjudicado pelo pregoeiro e os autos instruídos são remetidos à homologação do ordenador de despesa?	Art. 9º, inc. V, Dec. 2.183/04	()	()	
40	Foi indicado o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, quando for o caso?	Art 67, c/c art 73, inc I, alínea "b", Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
41	Consta o ato de designação da comissão para recebimento do material (quando for o caso)?	Art 15, § 8º, Lei nº 8.666/93	()	()	
42	Foi obedecida a ordem cronológica dos documentos, a quantidade máxima de 200 folhas por volume e a emissão dos termos de abertura e encerramentos de volumes, quando for o caso?	Decreto de execução orçamentária vigente	()	()	

